

## Ausência de Critérios

O debate em torno da legalidade ou ilegalidade dos prédios que se quer construir na vizinhança do Parque Lage, se deixa alguma coisa em evidência, é que uma cidade de quatro séculos de existência, que já foi lugar privilegiado pela natureza e que desde há algumas décadas vem cedendo terreno a um violento assédio de modernização e de superpopulação, não dispõe até agora, em plena época da ecologia e dos grandes planos urbanísticos, de critérios que a defendam de uma evolução sem rumo.

Não vem ao caso discutir especificamente a vizinhança do Parque Lage, e sim constatar a ausência de critérios. A qual, por sua vez, vem do fato de que o Rio não parece, até agora, ter pensado em si mesmo, e chegado ao tipo de visão reflexiva que se transforma em atos positivos para sua autopreservação.

Esse desprendimento fez do Rio de Janeiro uma Capital brasileira perfeitamente adaptada à sua condição, que tinha por norma, uma vez adotados novos habitantes, dispensar o atestado de origem. Cariocas passavam a ser todos os que um feliz acaso reunira numa situação privilegiada do ponto-de-vista humano, paisagístico e até mesmo urbanístico.

Sabem os que têm uma ligação antiga com o Rio que, desde há algumas décadas, este quadro idílico foi deixando rapidamente de corresponder à realidade. Deixou-se de adotar, quando ainda havia tempo, um Plano Urbanístico que hoje existe um pouco *a posteriori*. Desse tipo de plano, adotado há mais tempo, é que poderia ter surgido uma filosofia correta de conservação do nosso patrimônio histórico — que, nunca se dirá suficientemente, correspondia

fundamentalmente, à harmonia entre a cidade, seu ambiente e sua tradição.

Um plano desta natureza teria conservado, por exemplo, como uma das características fundamentais da cidade, a admirável progressão que, visível nos quadros antigos, tinha início na Praia de Botafogo e só terminava no alto do Corcovado — perspectiva a ser hoje pouco mais do que adivinhada por entre as torres de concreto.

Esse tipo de visão — que embora tardia, ainda pode salvar o que resta a ser salvo — é um primeiro critério dentro do qual se poderá encaminhar a distinção entre o que é antigo e o que é simplesmente velho. A mesma visão mostraria que é inútil, agora, defender prédio por prédio, na antiga Cinelândia, quando a harmonia do conjunto já foi irremediavelmente comprometida por um monolito mais saliente do que seria admissível.

Não obstante todos os erros cometidos é preciso chegar-se urgentemente a algum destino no que se refere ao esforço de conservação do Rio antigo. Pouco importa que se adote, agora, um Conselho de Tombamento, como quer o Prefeito, e que as medidas neste sentido se incluam neste ou naquele Plano. O que não pode haver, em nenhuma hipótese, é cruzamento de competências, interferência de esferas e ciúmeiras vãs. E o que deve haver, custe o que custar, é o tipo de consciência local que exige a preservação do que é nosso. Como bem lembrou o diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico, se a comunidade interessada não conhecer o que tem nas mãos e não se identificar com esta posse, de pouco valerá o interesse de alguns pesquisadores e interessados.